CODEMA

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE
AVENIDA JOÃO ALVES DO NASCIMENTO 1353 SALA 14 - 2º PISO – CENTRO - FONE (034) 3831-3963

DELIBERAÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 01 DE JULHO DE 2003.

“Que estabelece o Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente - **CODEMA**.”

O Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente – **CODEMA**, e tendo em vista o disposto no Art. 5º inciso XIX da Lei 3.596 de 26 de julho de 2002, e considerando a necessidade de estabelecer o seu Regimento Interno, resolve:

Capítulo I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Deliberação Normativa estabelece o Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente – **CODEMA**.

Art. 2º - Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente – **CODEMA**, órgão criado pela Lei n.º 3.596/2002 de 26 de julho de 2002, será regido pelo Regimento Interno e demais normas aplicadas.

Parágrafo Único – Para os efeitos deste Regimento Interno, a sigla **CODEMA**, a palavra Conselho equivalem à denominação Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente.

Art. 3º - O Conselho é órgão técnico-administrativo de caráter colegiado, deliberativo, normativo, fiscal, consultivo e de assessoramento da Prefeitura Municipal, para fins de proteção, conservação e melhoria do Meio Ambiente.

Capítulo II

DA FINALIDADE E DA COMPETÊNCIA

Art. 4º - O **CODEMA** tem por finalidade deliberar sobre diretrizes, políticas, normas regulamentares e técnicas, padrões e outras medidas de caráter operacional, para proteção,

conservação e melhoria do Meio Ambiente e dos recursos ambientais, competindo-lhe as atribuições previstas no Art. 5º, da Lei n.º 3.596 de 26 de julho de 2.002.

Parágrafo Único – As decisões e deliberações do **CODEMA** serão colocadas à disposição dos interessados, na sede da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Capítulo III

DA ESTRUTURA

Art. 5º - O **CODEMA** tem a seguinte estrutura:

- I** – Diretoria.
- II** – Plenário.

Seção I

DA DIRETORIA

Art. 6º - A diretoria do **CODEMA** é exercida pelo Presidente, Diretor de Áreas Verdes, Diretor de Controle de Poluição, Diretor de Educação Ambiental, Secretário e Tesoureiro, eleitos pela maioria simples, através de votação secreta, na primeira reunião após o ato de nomeação pelo Prefeito.

§ **1º** - A eleição e posse ocorrerão na primeira reunião após o ato de nomeação pelo prefeito.

§ **2º** - No caso de empate será empossado no cargo o candidato mais idoso.

Art. 7º - Compete à Diretoria:

- I** – solicitar ao Executivo os recursos necessários ao funcionamento do **CODEMA**.
- II** – preparar, mensalmente, a prestação de contas do **CODEMA**.
- III** – dirigir e representar o **CODEMA**.
- IV** – realizar outras tarefas de interesse do **CODEMA**.

Art. 8º - Compete ao Presidente:

- I** - coordenar as atividades da Diretoria e do Conselho.
- II** - presidir as reuniões da Diretoria e do Conselho.
- III** - convocar as reuniões da Diretoria e do Conselho.
- IV** - dar posse a comissões criadas pela Diretoria ou pelo Conselho.
- V** - representar a Diretoria em atos que atendam aos objetivos e funções do **CODEMA**.

VI - assinar toda a documentação emitida pela Diretoria e pelo Conselho, juntamente com o Secretário.

VII - assinar cheques juntamente com o Tesoureiro.

VIII - exercer apenas o voto de Minerva.

§ 1º - O Presidente poderá ser destituído de seu cargo quando não cumprir as atribuições estabelecidas nesse artigo.

§ 2º - A destituição do Presidente será pela votação da maioria simples através de voto secreto.

Art. 9º - Compete ao Diretor de Áreas Verdes:

I - substituir o Presidente em suas faltas ou afastamentos.

II - coordenar as ações que visem a proteção e preservação das Áreas Verdes.

III - cumprir com outras atribuições que lhe sejam determinadas pela Diretoria ou pelo Conselho.

IV - constituir grupo de trabalho na sua Diretoria.

V - oferecer subsídios à Diretoria.

§ 1º - O Diretor de Áreas Verdes poderá ser destituído de seu cargo quando não cumprir as atribuições estabelecidas nesse artigo.

§ 2º - A destituição do Diretor de Áreas Verdes será pela votação da maioria simples através de voto secreto.

Art. 10º - Compete ao Diretor de Controle de Poluição:

I - substituir o Diretor de Áreas Verdes em suas faltas ou afastamentos.

II - solicitar, do Poder Executivo, projetos que envolvam o controle da poluição em todos os níveis, que serão coordenados pelo CODEMA.

III - coordenar as ações que visem o controle da poluição.

IV - cumprir com outras atribuições que lhe sejam determinadas pela Diretoria ou pelo Conselho.

V - constituir grupo de trabalho na sua Diretoria.

VI - oferecer subsídios à Diretoria.

§ 1º - O Diretor de Controle de Poluição poderá ser destituído de seu cargo quando não cumprir as atribuições estabelecidas nesse artigo.

§ 2º - A destituição do Diretor de Controle de Poluição será pela votação da maioria simples através de voto secreto.

Art. 11º - Compete ao Diretor de Educação Ambiental:

I - substituir o Diretor de Controle de Poluição em suas faltas ou afastamentos.

II - solicitar da Secretaria da Educação projetos de Educação Ambiental, que serão coordenados pelo CODEMA.

III - coordenar as ações que visem promover a Educação Ambiental.

IV - cumprir com outras atribuições que lhe sejam determinadas pela Diretoria ou pelo Conselho.

V - constituir grupo de trabalho na sua Diretoria.

VI - oferecer subsídios à Diretoria.

§ 1º - O Diretor de Educação Ambiental poderá ser destituído de seu cargo quando não cumprir as atribuições estabelecidas nesse artigo.

§ 2º - A destituição do Diretor de Educação Ambiental será pela votação da maioria simples através de voto secreto.

Art. 12º - Compete ao Secretário:

I - assinar toda a documentação emitida pela Diretoria e pelo Conselho, juntamente com o Presidente.

II - registrar as reuniões em ata.

III - elaborar demais relatórios e correspondências.

IV - coordenar a atuação dos agentes fiscalizadores.

V - cumprir com outras atribuições que lhe sejam determinadas pela Diretoria ou pelo Conselho.

VI - constituir grupo de trabalho na sua área de atuação.

VII - oferecer subsídios à Diretoria.

§ 1º - O Secretário poderá ser destituído de seu cargo quando não cumprir as atribuições estabelecidas nesse artigo.

§ 2º - A destituição do Secretário será pela votação da maioria simples através de voto secreto.

Seção II

DO PLENÁRIO

Art. 13º - O Plenário é a instância superior de deliberação do **CODEMA**, sendo constituído por todos os seus membros.

Art. 14º - Compete ao Plenário:

I – propor as diretrizes da política ambiental do Município.

II – atuar no sentido de assegurar o cumprimento das normas de proteção, conservação e melhoria do Meio Ambiente expressas na legislação municipal, estadual e federal que regem a matéria.

III – sensibilizar e mobilizar a opinião pública de forma a incentivar a participação popular na gestão dos recursos ambientais.

IV – aplicar e reconsiderar penalidades por infrações às normas de proteção, conservação e melhoria do Meio Ambiente.

V – exercer o poder de polícia nos casos de infração da lei de proteção, conservação e melhoria do Meio Ambiente.

VI – autorizar a implantação e a operação de atividade potenciais ou efetivamente poluidoras, cumprida a legislação ambiental incidente.

VII – responder a consultas sobre matérias de sua competência.

VIII – atuar no sentido de formar consciência pública da necessidade de proteger, melhorar e conservar o Meio Ambiente.

IX – opinar, previamente, sobre os planos e programas anuais e plurianuais do órgão executor da política ambiental.

X – conceder licenças ambientais.

XI – emitir deliberações normativas, relacionadas à sua competência.

XII – propor a criação ou a extinção de Comissões Especializadas.

XIII – aprovar o plano de trabalho das Comissões Especializadas.

XIV – aprovar o regimento interno do CODEMA, proposto pela Comissão Jurídica.

XV – exercer outras atividades correlatas à sua competência.

Seção III

DAS COMISSÕES ESPECIALIZADAS

Art. 15º - Ficam criadas, por este ato, as seguintes Comissões Especializadas:

- a) Comissão de Educação Ambiental.
- b) Comissão de Assuntos Urbanos.
- c) Comissão de Assuntos Rurais.
- d) Comissão Jurídica.
- e) Comissão de Relacionamento Externo.
- f) Comissão de Licenciamento Ambiental.

Art. 16º - Poderão ser criadas, por deliberação normativa, Comissões Especializadas para assuntos de interesse do **CODEMA**, a serem compostas por integrantes do Conselho que manifestarem interesse ou tenham afinidade com as atividades a serem desenvolvidas pelas Comissões.

Art. 17º - As Comissões Especializadas têm por objetivo, viabilizar o trabalho do **CODEMA**, conforme as atribuições previstas na Lei n.º 3.596/2002 de 26 de julho de 2002.

§ 1º - As Comissões Especializadas serão encarregadas de analisar e compatibilizar planos, projetos e atividades de proteção ambiental, no âmbito de suas especialidades.

§ 2º - As Comissões Especializadas deverão apresentar plano de trabalho, na primeira reunião ordinária, após o ato de criação.

§ 3º - O plano de trabalho das Comissões Especializadas deverá ser aprovado pelo Plenário.

Art. 18º - As Comissões Especializadas poderão propor, no âmbito de suas especialidades, deliberações normativas a ser aprovada pelo Plenário.

Art. 29º - As Comissões Especializadas terão, em comum, os seguintes propósitos:

I – discutir e apresentar propostas sobre políticas de conservação e preservação para o Meio Ambiente, para os recursos naturais e para o desenvolvimento sustentável.

II – discutir e apresentar proposta sobre normas e padrões de proteção e conservação do Meio Ambiente, no âmbito de sua especialidade observada a legislação vigente.

III – decidir consulta formulada sobre matéria de sua especialidade.

Art. 20º - As Comissões Especializadas terão o máximo de trinta dias, para decidir consulta formulada sobre matéria de sua especialidade.

Capítulo IV

DOS MEMBROS DO CODEMA

Art. 21º - Compete aos membros do **CODEMA**:

I – comparecer às reuniões.

II – debater a matéria em discussão.

III – requerer informações, providências e esclarecimentos ao Presidente e ao Secretário.

IV – formular questão de ordem.

V – pedir vista de processo.

VI – relatar processo.

VII – apresentar relatórios e pareceres dentro dos prazos fixados.

VIII – votar.

IX – participar das Comissões Especializadas, com direito a voz.

X – propor temas e assuntos à deliberação e ação do Plenário.

Art. 22º - A ausência não comunicada de membro do Conselho a três reuniões consecutivas ou cinco alternativas, do Plenário e das Comissões Especializadas, no decorrer de um ano, implicará o seu desligamento automático.

Art. 23º - Na hipótese do artigo anterior, o Presidente do **CODEMA**, quando for o caso, comunicará o fato ao respectivo órgão, entidade ou segmento para indicação de novo representante, no prazo de trinta dias.

Art. 24º - O mandato dos membros do **CODEMA** a que se refere ao Art. 3º da Lei n.º 3.596 de 26 de julho de 2.003, é de 04 anos, permitida a sua recondução por uma vez.

Capítulo V

DAS REUNIÕES PLENÁRIAS

Art. 25º - O Plenário do **CODEMA** reunir-se-á:

I – ordinariamente, uma vez por mês, em dia a ser estabelecidos pelos membros, e terá duração máxima de duas horas.

II – extraordinariamente, por iniciativa do Presidente, da maioria de seus membros ou por solicitação de qualquer Comissão Especializada, pelo Poder Executivo Municipal. A convocação deverá efetuar-se com antecedência de pelo menos sete dias.

Art. 26º - O Plenário do **CODEMA** compõe-se, de acordo com o Art. 14º deste regimento.

§ 1º - O quorum mínimo para as reuniões ordinárias deverá ser o número inteiro imediatamente superior à metade dos membros do **CODEMA**.

§ 2º - Não havendo quorum para dar início aos trabalhos, o Presidente da sessão plenária aguardará por trinta minutos, após os quais, verificando a inexistência do número regimental, deverá dar prosseguimento à reunião, com o número de membros presentes.

§ 3º - Poderão participar das reuniões do Plenário, sem direito a voto, assessores indicados por seus membros, bem como pessoas convidadas pelo Presidente.

Art. 27º - Para as reuniões extraordinárias o quorum mínimo, em primeira chamada, deverá ser o mesmo das reuniões ordinárias. Não sendo atingido o quorum necessário será feita uma segunda chamada, trinta minutos depois, realizando-se a reunião com qualquer número de presentes.

Art. 28º - As proposições apresentadas pelos membros serão sempre submetidas à discussão e votação pelo Plenário, sendo consideradas aprovadas quando obtiverem maioria entre os membros presentes, cabendo ao Presidente, além de seu voto como membro, o voto de qualidade no caso de empate.

Art. 29º - As reuniões terão sua pauta preparada conforme solicitação das Comissões Especializadas, e constará necessariamente.

I – abertura da sessão.

II – leitura do expediente, e das comunicações da ordem do dia.

III – emissão de deliberação.

IV – assuntos gerais.

V – encerramento.

Art. 30º - A apreciação dos assuntos obedecerá às seguintes etapas:

- I – será discutida e votada à matéria das Comissões Especializadas.
- II – o Presidente dará a palavra ao relator, que apresentará seu parecer, escrito ou oral.
- III – terminada a exposição, a matéria será posta em discussão, sendo facultado aos interessados fazer uso da palavra, pelo prazo máximo de cinco minutos.
- IV – encerrada a discussão, e estando o assunto suficientemente esclarecido, far-se-á a votação.

§ 1º - São consideradas questão de ordem às dúvidas sobre interpretação deste regimento, na sua prática.

§ 2º - A questão de ordem será formulada pelo membro do Plenário, no prazo de cinco minutos, com clareza, e indicação do preceito que se pretende elucidar.

§ 3º - Se o autor da questão de ordem não indicar inicialmente o preceito, o Presidente da sessão retirar-lhe-á a palavra.

§ 4º - Não se poderá interromper orador para arguição de questão de ordem, salvo com o seu consentimento.

§ 5º - A questão de ordem formulada na sessão plenária será resolvida tempestivamente, e em definitivo, pelo Presidente.

Art. 31º - Assuntos urgentes, não apreciados, pelas Comissões, poderão ser examinados pelo Plenário, mediante sua distribuição, pelo Presidente, a um relator.

Parágrafo Único – O relator apresentará o seu parecer oral ou por escrito, na próxima reunião.

Art. 32º - É facultado a qualquer membro do Plenário requerer vista, devidamente justificada, por prazo fixado pelo Presidente, não superior ao prazo concedido ao relator, de matéria ainda não julgada, ou, ainda, solicitar a retirada de pauta de matéria de sua autoria.

§ 1º - Quando mais de um membro do Plenário pedir vista, o prazo deverá ser utilizado conjuntamente pelos mesmos.

§ 2º - O prazo para vista a que se refere este artigo poderá ser alterado por decisão do Plenário.

Art. 33º - As atas deverão ser redigidas de forma sucinta, lavradas em livro próprio, e assinadas pelos membros que participaram da reunião que as originaram.

Capítulo VI

DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES ESPECIALIZADAS

Art. 34º - As Comissões Especializadas do **CODEMA** reunir-se-ão:

- I – ordinariamente, de acordo com o calendário e periodicidade por elas estabelecida, no qual será determinado o local, data e horário.

II – extraordinariamente, por iniciativa da maioria de seus membros, sempre que houver assuntos urgentes ou matérias de relevante interesse.

Art. 35º - Poderá haver reunião conjunta de duas ou mais Comissões Especializadas do **CODEMA**, para fins de discussão única sobre matéria de interesse comum, e que por sua natureza, transcenda à especialidade privativa de cada Comissão.

Parágrafo Único – As decisões serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes à reunião conjunta.

Capítulo VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36º - O **CODEMA** poderá propor ao Prefeito a concessão de títulos honoríficos às pessoas ou instituições que se destacarem, através de atos que tenham contribuído significativamente para a preservação, conservação, melhoria e defesa do Meio Ambiente.

Art. 37º - Os casos omissos, desse regimento, serão apreciados pelo Plenário.

Art. 38º - Esta Deliberação Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Patrocínio-MG, 01 de julho de 2.003.

Presidente